

### **Transformações e mudanças na formação do pedagogo: O Curso de Pedagogia de Mato Grosso do Sul**

Marilda Bonini Vargas (Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado em educação da Universidade Católica Dom Bosco), Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodriguez (Orientadora).

O trabalho apresenta os resultados parciais da história da implantação do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), mediante uma pesquisa documental, analisa de forma dialética as alterações que as políticas educacionais acarretaram na formação do Pedagogo.

Para uma melhor explanação sobre o assunto, torna-se mister adentrarmos um pouco na historia da criação do Curso de Pedagogia no Brasil, pois de acordo com Brzezinski, (2000), a partir da primeira Guerra Mundial o Brasil atravessou um período de transformações em seu modelo econômico. O país passou então, do modelo agrário-comercial-exportador para o modelo capitalista-urbano-industrial, e como consequência, houve o êxodo rural, alterando as condições de vida e de trabalho da população, mudando completamente os componentes sociais, configurando assim, duas classes sociais bem definidas: burguesia industrial de um lado e o proletariado urbano de outro.

Essas transformações suscitaram um redimensionamento dos problemas educacionais, dando à educação o papel de reconstruir a sociedade e conseqüentemente emergiram as discussões sobre a formação do educador.

Deste modo, as décadas de 20 e 30 foram o marco para a modernização da educação e do ensino, surgindo também o movimento dos pioneiros da educação renovada, encabeçado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Os pioneiros faziam parte dos movimentos sociais de educadores que empreendiam a luta para a criação da universidade no País, dentre outras grandes demandas.

Para os pioneiros, a formação dos educadores, professores de todos graus de ensino deveria assentar-se no principio da unificação. Segundo esse

princípio, toda a formação dos professores primários e secundários deve ser efetivada em escolas ou cursos universitários, sobre a base de uma educação geral comum, dada em estabelecimentos secundários. (...) Afirmavam que a formação universitária dos professores de todos os graus de ensino não era apenas uma necessidade, mas o único meio de abrir seus horizontes.(BRZEZINSKI, 2000 p.31).<sup>1</sup>

Assim, este debate propiciou o surgimento do Curso de Pedagogia, como destaca Coelho (1987), que foi criado com o intuito de formar educadores na perspectiva discutida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação. Porém, a implantação deste curso esteve marcada por uma certa indefinição, dado que surgiu junto com as licenciaturas, ao se reorganizar a antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1939 e foi regulamentado através do (Decreto-lei n.º 1190 de 04/04/1939). Essa faculdade tinha como função formar bacharéis e licenciados para várias áreas, dentre elas, a área pedagógica. Os cursos duravam em média três anos, estando as disciplinas pedagógicas unidas aos demais conteúdos, podendo ainda ser feito mais um ano de didática para os alunos que pretendem obter o diploma de licenciatura em pedagogia, que os habilitava para exercício do magistério também. Essa organização ficou conhecida como o esquema 3+1.

Em três anos seria formado o bacharel em pedagogia, indivíduo habilitado a preencher os quadros de "técnicos em Educação". Não fica claro, então o que seria esse técnico em educação, qual sua função e especificidade em relação aos profissionais formados nas várias licenciaturas e nos outros bacharelados. A definição desse técnico de educação permanece bastante fluida. (COELHO, (In) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1987 p.9).<sup>2</sup>

Ainda, segundo Coelho (1987), em 1962, tentaram-se algumas alterações na estrutura do Curso de Pedagogia, nessa época já se mencionava a extinção do mesmo, com a alegação de que era indefinido e sem identidade, entretanto, prosseguiu como estava até 1969, quando foi reformulado por meio do Parecer n.º 252/69 e da resolução n.º 02/69, do CFE (Conselho Federal de Educação). Houve assim, uma diferenciação entre bacharelado e licenciatura, sendo criadas as habilitações, através da lei de n.º 5540/68 (Reforma Universitária). O curso foi dividido em dois blocos, um composto pelas disciplinas dos chamados fundamentos da educação e outro pelas disciplinas das habilitações específicas. No entanto, o que se pretendia era adequar o ensino superior às necessidades do modelo capitalista.

A educação voltada para o modelo capitalista necessitava formar os chamados especialistas em educação, pois seriam eles que iriam orientar o trabalho dos docentes, esvaziando a formação dos professores que foram relegados apenas a sua atuação no âmbito da sala de aula, desestimando-se toda possibilidade de participação política e pedagógica nas decisões educacionais. Assim, a educação volta-se para uma formação técnica dos métodos de produção, causando uma divisão social também do trabalho docente. Desta forma, a educação passa a ser vista como motor de desenvolvimento econômico.

O sul de Mato Grosso, como sempre foi uma terra de grande riqueza agropecuária e por estar situado próximo aos Estados de São Paulo e Paraná se desenvolvia no âmbito econômico e político num processo mais acelerado que a região norte do Estado, no entanto, ainda era dependente da capital que se situava em Cuiabá. Esse desenvolvimento, por sua vez, culminou em uma idealização pela divisão do Estado, que se iniciou quase cem anos após a criação de Mato Grosso, pois os "sulistas", como eram chamados os moradores da região sul do Estado estavam inconformados com a dominação exercida pela capital.

Foi nesse ambiente de descontentamento que surgiram um Muzzi, um Mascarenhas, um Barros Cassal e outros que passaram a pregar e fomentar o movimento separatista visando libertar-se da politicalha então dominante em Cuiabá. (RODRIGUES, 1993.p.143).<sup>3</sup>

Teixeira Muzzi, juntamente com Mascarenhas e Cassal, considerados chefes políticos da região, impulsionaram o movimento em busca da separação, isto fez, com seus adversários políticos se revoltassem, causando profundas divergências entre as regiões norte e sul do Estado uno de Mato Grosso, no entanto, o movimento se enfraquece, voltando a ganhar importância novamente em 1907 e 1932, porém, ainda sem o êxito esperado.

Contudo, durante as décadas dos anos de 1950 e 1960, o movimento ressurgiu, por meio do jornal campograndense "Correio do Estado", que segundo Rodrigues (1993)<sup>4</sup>, visa reavivar o movimento buscando apoio nas novas gerações Porém, somente em 1964,

com a revolução democrática que o movimento ganha liberdade de manifestar-se publicamente. Desta forma, várias foram as manifestações, até 1977, quando o Estado de Mato Grosso perde sua parte do sul, que passa a denominar-se Estado de Mato Grosso do Sul, com a capital em Campo grande, que se apresentava como a Segunda maior cidade do antigo Estado uno de Mato Grosso.

Sintonizada com seu tempo, Campo Grande, em processo de construção recebe pessoas das mais diversas origens e formação, muitas delas chegavam apenas para vender mercadorias, porém, acabavam se encantando pela pequena cidade e por aqui se estabeleciam, montando os primeiros comércios, que por sua vez, vai dando a cidade o seu traçado urbano e sua liberdade econômica. O fluxo migratório proporcionou também a vinda de artistas e intelectuais de outros estados que aqui se estabeleceram.

O acelerado processo urbano e o desenvolvimento econômico de campo Grande causado pela sua forte agropecuária possibilitou a nova cidade abrigar várias escolas entre elas, o Colégio Salesiano Dom Bosco, que abrigava apenas os meninos e o Colégio Maria Auxiliadora que abrigava as meninas. Ambos funcionavam em regime de internato, e educavam os filhos de fazendeiros e dos comerciantes, dos quais, tinham grande interesse que prosseguissem seus estudos, porém, a região sul do Estado de Mato Grosso ainda não possuía nenhuma instituição superior, causando grande inquietação nos estudantes que visavam continuar seus estudos em busca de uma profissão.

Desta forma, com o aumento da população de Campo Grande e a falta de preparo dos professores na educação básica cresce a necessidade por uma instituição de nível superior na cidade, ocasionado um forte movimento, em relação a abertura do curso de pedagogia. O movimento pela criação do curso, segundo Almeida (1996)<sup>5</sup>, foi idealizado pela educadora Olivia Enciso, que foi a primeira pessoa a apontar as necessidades da criação de uma faculdade na cidade, esse movimento contou também com o apoio e participação dos alunos do ensino médio e dos professores da cidade, que necessitavam de uma melhor qualificação.

É neste contexto que é criado por meio do Decreto de n.º 217 de 24 de Novembro de 1961 o primeiro Curso de Pedagogia da região Sul do Estado de Mato Grosso, oferecido hoje pela Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande - MS. Ele surgiu em meio à efervescência do debate sobre a divisão do Estado de Mato Grosso e dos sintomas iniciais de uma crise social no Brasil, que mais tarde resultaria na ditadura militar. Funcionava na antiga Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI).

A FADAFI, primeiro Centro de Educação Superior do Estado foi implantada em 1962, contendo apenas dois cursos, o de Pedagogia e o curso de Letras. O Curso de Pedagogia da FADAFI começou com trinta e um alunos e formava o especialista em educação, durava quatro anos e tinha duas habilitações, administração escolar de 1º e 2º graus e supervisão escolar de 1º e 2º graus. Ela veio para atender aos anseios da população que aspirava por uma instituição de ensino superior, e nasceu para ser um centro irradiador da cultura como menciona Almeida:

A Faculdade nasceu com o propósito de ser um centro irradiador da cultura, além do seu compromisso com a formação dos quadros qualificados para o exercício do magistério (...), (ALMEIDA, 1996,p.67).<sup>6</sup>

Em 1968, o Conselho Federal de Educação aprovou o reconhecimento da FADAFI pelo parecer de n.º 689/68. Desde sua implantação até o início do ano de 1970, o Curso de Pedagogia foi regido pela Lei de n.º 4024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sob o parecer 251/62. Esse parecer, no entanto, não faz nenhuma referência sobre o campo de trabalho do pedagogo, deixa pouco claro o que seria o "técnico de educação" ou "especialista em educação", nomenclatura adotada para a formação do pedagogo formado na FADAFI. O Curso de Pedagogia da FADAFI começa desta forma, como no resto do Brasil sem uma definição sobre o profissional a ser formado por ele.

Em 1968, com a promulgação da Lei de n.º 5540/68, Reforma Universitária, instituída pelo regime militar vigente no país, o curso cai de quatro para três anos, aumentando suas habilitações, passando agora, a formar além do administrador escolar e do supervisor escolar, também o orientador escolar e o inspetor escolar. Em 1969, diante da indefinição do curso, que se arrastava por todo o país o Conselho Federal de Educação

estabelece o parecer 252/69, que acrescenta ao curso a formação de professores para o ensino normal, passando a FADAFI também a adotar essa habilitação, no entanto, com somente um diploma, o de bacharelado.

Com a reforma universitária de 1968, os cursos superiores ficam subordinados a visão da ditadura militar impulsionada pela ótica capitalista, que buscava interromper a tradição liberal de nossa universidade, tanto no que se refere a formação dos profissionais como no que se refere as necessidades de desenvolvimento do país, como menciona Chauí (1989) (IN) Silva (2003, p. 24).<sup>7</sup> *A universidade não fugiu ao novo controle do Estado, tendo-se constituído, em decorrência da crise que atravessava, num dos seus alvos preferenciais*

No entanto, nesta época Campo Grande já contava com uma sólida base econômica, favorecendo, portanto, o aumento de alunos e conseqüentemente o número de curso de graduação, o que colaborou para a FADAFI transformar-se em Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT). Em 1975, sob o parecer de n.º 1901/75 nasce a FUCMAT, porém, o Curso de Pedagogia continua com a mesma habilitação da FADAFI.

Em 1974, o governo federal estabeleceu a criação de novos Estados e Territórios, por meio da Lei complementar de n.º 20, isso fez com reacendesse a esperança de ver o novo Estado de Mato Grosso do Sul aflorar. Desta forma, em 1976 a liga sul-matrogrossense, que era presidida por Paulo Coelho Machado forneceu ao governo federal, o presidente Ernesto Geisel, subsídios para a viabilização do então sonhado Estado novo.

No discurso da instalação do novo estado, o presidente justificou: O Brasil vem ocupando, de forma ordenada, os espaços vazios do Centro-Oeste e da Amazônia. Esse processo, de avanço gradual da fronteira produtiva, gerando novas riquezas criando, expandindo e consolidando cidades, vai favorecendo o progresso de regiões, que adquirem pouco a pouco, uma identidade própria, características peculiares, centros dinâmicos, polarizadores e irradiadores de desenvolvimento. (CAMPESTRINI, 1991.p.141).<sup>8</sup>

Foi neste cenário que surgiu a Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT), em meio a ebulição de um Estado novo que transformaria Campo Grande em sua capital. Um ano mais tarde, especificamente em 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel assinava a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a lei complementar de n.º 31 e Campo Grande sua capital.

Nesse contexto, o Curso de Pedagogia da Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT) funcionava sob a égide da Lei 5440/68 a reforma universitária, porém, permanecia com a mesma estrutura, mas, com uma grande característica, o de ser o primeiro Curso de Pedagogia do então recém criado Estado de Mato Grosso do Sul. Após a divisão do Estado em 1977, a FUCMAT ainda prevaleceu alguns anos, só em 27 de outubro de 1993, transformou-se em Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O Curso de Pedagogia da recém criada Universidade Católica Dom Bosco permaneceu com a mesma estrutura da FUCMAT até 1995, quando passou a ter duração de quatro anos e a habilitação em magistério da Pré-escola e Séries Iniciais do ensino de 1º grau. Em 1999, para atender a solicitação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que visava adequar todos os cursos à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), a nomenclatura da habilitação que era em magistério da pré-escola passou a ser moneada de magistério da Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, essa transformação acarretou uma nova estrutura do curso, alterando e incluindo novas disciplinas na grade curricular. Desta feita, a partir do ano de 2000 a estrutura do curso foi novamente alterada, mudando mais uma vez, o perfil de formação do pedagogo.

Sendo assim, a Curso de Pedagogia caracteriza-se como licenciatura e oferece duas habilitações, que serão escolhidas pelo acadêmico na hora da inscrição do vestibular. As habilitações de supervisão escolar, orientação educacional, inspeção escolar e administração escolar em educação básica são oferecidas em sistema alternado, sendo oferecida apenas uma a cada vestibular.

No entanto, quando o curso parecia ter alcançado sua identidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda no ano de 2000, institui o decreto de n.º 3.554, que dispõe sobre a formação de professores para a educação básica o seguinte:

A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental far-se-à, preferencialmente, em cursos normais superiores. (DECRETO N.º 3.554, de 07 de Agosto de 2000.)<sup>9</sup>

Desta forma, o curso sofre outras alterações, pois em 2002, a UCDB abre o Normal Superior e transforma o Curso de Pedagogia em bacharelado, e, conseqüentemente, retira-se a habilitação para o magistério em educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, porém, algumas turmas que já haviam começado com estas habilitações ainda permaneceram. O mesmo desta forma, passa a funcionar com quatro grades curriculares distintas.

No entanto, no ano de 2004, o curso normal superior é retirado da UCDB, e, novamente o Curso de Pedagogia passa a formar o professor do magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, além, de também formar o bacharel em educação, porém, em cursos separados, ou seja, um Curso de Pedagogia que forma o licenciado para o magistério e outro que forma somente o bacharel em educação. Mas, com a discussão da nova diretriz para o Curso de Pedagogia, este, com certeza será novamente reformulado e passará novamente a funcionar em três anos.

Percebe-se desta maneira, o quanto frágil ainda é a formação deste profissional, pois, desde a criação do Curso de Pedagogia em 1939, o mesmo sofreu várias alterações e inúmeras ameaças de extinção, principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho para esse profissional. Foram muitas as formas buscadas para organizá-lo a fim de formar um profissional mais eficiente, principalmente nos dias atuais, em que o ensino é voltado para a formação de competências, no entanto, essa formação ainda esbarra no velho entrave: Pedagogo técnico ou pedagogo docente.

---

<sup>1</sup> BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: Busca e movimento. 2ªed. Campinas-SP: Papyrus,2000.

<sup>2</sup> Ministério da Educação e Cultura. Formação do educador: a busca da identidade do curso de pedagogia/INEP. Brasília: INEP, 1987. (Series encontros e debates, 2).

<sup>3</sup> RODRIGUES, J. Barbosa. História de Mato Grosso do Sul. 2ª ed. São Paulo: Editora do escritor, 1993. (Coleção História V. 4).

<sup>4</sup> Op. Cit. p, 3.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Déa Terezinha Rímolli de. História da criação da Universidade Católica Dom Bosco. São Paulo: 1996, 167p. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie.

<sup>6</sup> Op. Cit.p, 4.

<sup>7</sup> SILVA, Carmem Silva Bissolli da. Curso de pedagogia: História e identidade. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção polêmicas do nosso tempo: 66).



---

<sup>8</sup> CAMPESTRINI, Hildebrando e Guimarães, Acyr Vaz. História de Mato Grosso do sul. Campo grande - MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

<sup>9</sup> DECRETO n. 3.554, de 7 de Agosto de 2000. Dá nova redação ao § 2º do artigo 3º do decreto n.3.276, de 6 de Dezembro de 1999, e dá outras providências. Brasília, 1999.